

CONTESTAÇÃO DA NOTA TÉCNICA DA  
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SGP 4.2 (s/d) DO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Antes de iniciarmos uma discussão do parecer, observamos que o documento tem uma instituição ou grupo como autor. Numa checagem ao site fornecido à margem direita do citado documento, aparece um nome, do Sr. Domicio Whately Pacheco e Silva, que aparentemente assina o documento. Uma busca à Plataforma Lattes não apresentou resultados para o nome deste senhor e, assim, não sabemos sua formação e qualificação para a produção que assina. Não estando claro quem é o autor ou autores do documento, para os fins desta contestação assumimos que o citado senhor seria o autor.

Observamos também que para a força das afirmações oferecidas na Nota Técnica em análise, as referências bibliográficas oferecidas pelo autor são absolutamente insuficientes e, no texto, não estão citadas as obras nas quais se apoia o autor para fundamentar suas afirmações.

Dito o acima, passamos a discutir o citado documento.

Inicialmente e de maneira geral, o autor (ou autores) descrevem com relativa propriedade o Transtorno do Espectro Autista (TEA) reproduzindo a descrição clássica da literatura comum da área. Aqui, só observamos que a categoria “Asperger”, citado pelo autor, não é mais utilizada (American Psychiatric Association, 2014).

No terceiro, quarto e quinto parágrafos da página 35 o autor afirma a dificuldade pela qual passa a família de um portador do diagnóstico de TEA para selecionar um tratamento, em função da ampla oferta de tratamento sem comprovação científica, afirmação com a qual nos alinhamos.

Ao final do quinto parágrafo, o autor afirma que “a coisa mais importante a se notar sobre o TEA é que não há, de fato, cura para este transtorno” (pp. 35). Para afirmação tão taxativa, o autor não apresenta nenhuma fundamentação científica, nem discute o conceito de cura que o norteou ou a quais transtornos do espectro a afirmação se refere.

A seguir, o autor apresenta o subtítulo “Análise de Comportamental Aplicada” e aqui fica claro que o autor desconhece o básico da área.

ABA não é “uma intervenção comportamental intensiva” como afirma o autor, sem indicar a fonte que o informou. O próprio título está equivocado. ABA quer dizer *Applied Behavior Analysis*, ou Análise do Comportamento Aplicada em português – o autor escreveu “comportamental” – e não é uma intervenção.

Ciências naturais básicas tipicamente geram ciências aplicadas. Por exemplo, a biomedicina é uma aplicação da biologia e de outras ciências básicas afins, tal como a química, assim como a engenharia é uma aplicação da física, da química, da geologia e de outras ciências básicas afins. Estas aplicações constituem conjuntos articulados e interdependentes de processos tecnológicos desenvolvidos com base nos princípios e relações estabelecidas e validadas nas ciências básicas e seu caráter científico ou não dependerá, fundamentalmente, da consistência conceitual e metodológica que estes processos tecnológicos guardarem com a ciência ou ciências-mãe (Bunge, 1985).

Por certo um pesquisador ou praticante de uma área aplicada não poderia conseguir excelência profissional em sua área de atuação sem dominar, com igual competência e fluência, os principais conceitos e recursos metodológicos da sua ciência-mãe, que é a que fundamenta e dá validade às aplicações.

A Análise Experimental do Comportamento é a ciência natural básica que gerou inúmeras aplicações, coletivamente chamadas de Análise do Comportamento Aplicada (ABA é o acrônimo de *Applied Behavior Analysis*, literalmente, Análise do Comportamento Aplicada). São aplicações cujo escopo atinge hoje praticamente todos os campos de interesse psicológico explorados pela psicologia convencional, desde os mais tradicionais, como a clínica psicológica típica, a outros menos conhecidos, como o chamado *e-commerce*, as relações de consumo através da internet. Interessa-se pelo estudo das relações organizacionais ou institucionais, da psicologia em contextos médicos e hospitalares, da psicologia escolar ou da educação, pela segurança do

trabalho, pelas relações sociais em comunidades humanas, etc.<sup>1</sup> A Análise Experimental do Comportamento, ciência básica que fundamenta quaisquer aplicações dela decorrentes, pode ser apreciada no *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, periódico científico com mais de 60 anos de publicação ininterrupta, além de farta literatura facilmente disponível nas livrarias e na *World Wide Web*.

Limitando-nos nestes comentários às aplicações em contextos clínicos, ou seja, aos contextos organizados para estudar as causas e interferir terapêuticamente nos comportamentos humanos considerados problemáticos - ou, numa palavra, no sofrimento humano - a Análise do Comportamento Aplicada – ABA pode hoje oferecer uma extraordinária opção para a ação em contextos clínicos; extraordinária pelo sólido caráter científico e pelas evidências empíricas das suas contribuições. Esta opção está materializada nas inúmeras publicações especializadas sobre o tema, mas, de maneira mais concisa, no prestigioso *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA), periódico científico com mais de 50 anos de edição ininterrupta<sup>2</sup>. Seu exame e estudo, onde for de interesse do leitor, por certo proporcionará uma visão extensiva e intensiva das contribuições da ABA para a área.

A partir do último parágrafo da página 35 o autor se propõe a descrever o que seria um tratamento ABA aplicado aos TEA e, nesta descrição, junta algumas técnicas descritas parcialmente e equivocadamente. O que o autor descreve está igualmente longe de representar uma intervenção ABA nos TEA, que é muito mais complexa do que o esqueleto apresentado com importantes equívocos.

A seguir o autor apresenta, sem citar as fontes, alguns resultados de estudos a partir dos quais conclui, em negrito no texto, suas conclusões sobre os estudos (dos quais não cita a fonte no texto) na qual desqualifica os estudos citados (repete-se: dos quais não cita a fonte) apresentando

---

<sup>1</sup> Aos interessados em conhecer melhor esta abrangência, indica-se uma visita aos sites do *Cambridge Centre for Behavioral Studies* – CCBS ([www.behavior.org](http://www.behavior.org)), da *Association for Behavior Analysis* – ABA ([www.abainternational.org](http://www.abainternational.org)) e da Divisão 25 da *American Psychological Association* ([www.apa.org/about/division/div25.html](http://www.apa.org/about/division/div25.html)). Em todos estes sites podem ser encontrados inúmeros links para sites analítico-comportamentais e de disciplinas afins relacionados aos temas que possam ser de interesse do leitor, além de farta indicação de bibliografia.

<sup>2</sup> Boa parte deste acervo disponível *on-line*, em [www.pubmedcentral.nih.gov](http://www.pubmedcentral.nih.gov)

alegadas fragilidades. Evidentemente, na ausência da indicação das fontes, não há como sequer discutir as conclusões do autor por não saber a que estudos se refere.

Seja como for, apresentamos a seguir alguns estudos mais recentes, publicados em periódicos de diversas áreas profissionais, reconhecidos pela comunidade científica e com corpo editorial, que podem ser consultados para uma apreciação crítica dos resultados empíricos da intervenção ABA no TEA. As referências completas estão ao final desta contestação e podem ser recuperados facilmente.

A lista de artigos abaixo atesta, cientificamente e através de diferentes tipos de evidência como ensaios randomizados, meta-análises e revisões sistemáticas, a eficácia de tratamentos analítico-comportamentais para diversos comportamentos e contextos relacionados ao TEA.

Dentre inúmeros outros, citamos: Wang et al. (2020); Fuller & Kaiser (2019); Peterson et al. (2019); Tiede & Walton (2019); Sutton, Webster & Westerveld (2018); Morano et al. (2017); Weston, Hodges & Davis (2017); Wong et al. (2015); McKeithan & Sabornie (2020); Virués-Ortega (2010); Spreckley & Boyd (2009). Rosenwasser & Axelrod (2001).

À luz das fortes afirmações que faz em seu texto sem explicitar sua fundamentação, é surpreendente que o autor da Nota Técnica considerada não tenha consultado com maior amplitude a farta literatura da área, disponível na *World Wide Web*.

Curiosamente, apesar das suas afirmações não fundamentadas da ausência de comprovação científica da ABA no TEA, à página 37 da Nota em exame o autor afirma que várias instituições norte-americanas recomendam um programa ABA para o TEA.

Esta busca continuada de tratamentos eficazes para esta síndrome, amparados em evidências empíricas dos resultados obtidos, tem merecido o reconhecimento de autoridades médicas que não mantêm qualquer vinculação com o projeto analítico-comportamental. É difícil imaginar como o autor da Nota que examinamos se sentiu à vontade para desqualificar o que se vê a seguir:

O Surgeon General (*The Surgeon General Guidelines*, 2003), aceito mundialmente como uma das principais referências para assuntos de saúde, que reconheceu que os procedimentos mais

investigados provêm da Análise do Comportamento Aplicada e reconheceu a Análise do Comportamento como um tratamento eficaz para o autismo:

*Thirty years of research demonstrated the efficacy of applied behavioral methods in reducing inappropriate behavior and in increasing communication, learning, and appropriate social behavior.*

[Trinta anos de pesquisas demonstraram a eficácia dos métodos comportamentais aplicados na redução de comportamentos inadequados e no aumento da comunicação, aprendizagem e comportamentos sociais adequados. (tradução dos presentes autores)]

Vários estudos rigorosamente controlados demonstraram empiricamente a eficácia do tratamento analítico-comportamental e, por isso, o Departamento de Saúde Pública dos Estados Unidos o reconheceu como o tratamento de escolha para o autismo (*United States Public Health Service, 1999*).

Devido às evidências empíricas de eficácia produzidas por estes estudos e frente à exigência das famílias de uma educação comportamental para seus filhos com autismo, entidades governamentais norte-americanas decidiram voltar a estudar estes resultados. Uma das entidades que levou a cabo um acompanhamento de vários anos foi o *National Research Council*, um grupo oficial do Congresso norte-americano responsável por avaliar a credibilidade dos relatos de sucesso divulgados por instituições ou organizações que oferecem bens e serviços à população daquele país. Após um exaustivo estudo de três anos sobre a eficácia de diferentes intervenções para o tratamento do autismo, o *National Research Council* concluiu que os procedimentos baseados na Análise do Comportamento são os únicos que, até o momento, apresentaram claras evidências de sua efetividade (Lord, C. e McGee, J. P., 2001).

Outro organismo governamental norte-americano, o Departamento de Educação, na lei denominada *Individuals with Disabilities Educational Act –IDEA*, reconheceu a Análise do Comportamento e, em particular, a sua tecnologia de Avaliação e Análise Funcional, como uma metodologia importante para o manejo dos transtornos do comportamento (*United States Department of Education, 1997*).

O Departamento de Saúde do Estado de New York (*New York State Department of Health*, 2003) é ainda mais taxativo no relatório onde apresenta as suas recomendações e orientações para a prática clínica em saúde. No tópico sobre autismo, lê-se:

*It is recommended that principles of applied behavior analysis (ABA) and behavior intervention strategies be included as an important element of any intervention program for young children with autism – Evidence rating: A (strong).*

[Recomenda-se que os princípios da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e estratégias de intervenção comportamentais sejam incluídas como uma parte importante de qualquer programa para crianças autistas – Classificação da evidência: A (forte) – (tradução dos presentes autores)]

A mesma avaliação e conclusões semelhantes então incluídos nos parâmetros de tratamento para o autismo, estabelecidos pela Academia Americana de Psiquiatria Infantil e da Adolescência. (*American Academy of Child and Adolescent Psychiatry Official Action*, 1999).

A conclusão que o exame desta literatura traz é que, na avaliação médica e médico-psiquiátrica de referência mundial, o tratamento analítico-comportamental baseado nos princípios da Análise do Comportamento *é o único que já apresentou evidências empíricas consistentes da sua eficácia e é o tratamento de escolha para o autismo.*

É importante notar que devido exatamente a este reconhecimento do tratamento ABA no TEA, tem surgido e sido oferecidos diversos profissionais e grupos que oferecem tratamentos e cursos com esta denominação, mas que de fato são conduzidos por profissionais insuficiente preparados ou equivocadamente preparados, o que é pior. Por vezes, planos de saúde tem montado “equipes ABA” com profissionais iniciantes (por exemplo, a UNIMED) incapazes de conduzir um tratamento consistente.

A formação de um terapeuta ABA no TEA não se dá em menos de cinco, idealmente dez anos de estudo e prática supervisionada. Exige muito esforço, dedicação e sobretudo tempo de experiência direta. O site da Associação Brasileira de Análise do Comportamento (ACBr) ([www.analisedocomportamento.org.br](http://www.analisedocomportamento.org.br)) apresenta um documento de orientação aos pais para a seleção de(s) profissional (ais) efetivamente habilitados e a mesma associação mantém m canal

para orientação sobre dúvidas neste particular (Consulte Autismo) além de um Guia de Orientação para pais apresentando alguns critérios para a seleção de profissionais na área (<http://analisedocomportamento.org.br/aba-para-o-autismo-proteja-o-seu-filho/>).

Finalmente, o autor da Nota Técnica em contestação parece ignorar o esforço mundial em promover tratamentos empiricamente validados nas diversas áreas de saúde, dentro daquilo que se denomina Prática Baseada em Evidências. Citando diversos tratamentos, nos quais mistura em sua Nota alguns de fato propostos com outros inexistentes na literatura técnica da área (como por exemplo, “fonoaudiologia ABA”), afirma que os diversos tratamentos propostos seriam equivalentes. A afirmação do autor é, no mínimo, equivocada.

Como demonstramos neste texto, adicionando literatura científica e links de interesse facilmente verificáveis independentemente pelo interessado, *o tratamento ABA para os TEA e quadros relacionados é o único que até a presente data apresenta evidências empíricas de eficácia, tendo sido considerado como o tratamento de eleição para estes transtornos. Até a presente data é, de fato, a única esperança de resultados positivos significativos.*

Texto elaborado por:

Prof. Dr. Roosevelt R. Starling

Prof. Dr. Marcio Borges Moreira

Com a colaboração de:

Profa. Dra. Martha Hübner

Ms. Victor Tardem

[Currículos Lattes disponíveis para exame no site do CNPq]

## REFERÊNCIAS

- American Academy of Child and Adolescent Psychiatry Official Action (1999). Summary of the practice parameters for the assessment and treatment of children, adolescents, and adults with autism and other pervasive developmental disorders. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 38, 1611-1616.
- American Psychiatric Association (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5 - DSM-5*. Porto Alegre: Artmed.
- Bunge, M. (1985). *Seudociencia e ideología*. Madrid: Alianza Editorial

- Fuller, E. A., & Kaiser, A. P. (2019). The Effects of Early Intervention on Social Communication Outcomes for Children with Autism Spectrum Disorder: A Meta-analysis. *Journal of Autism and Developmental Disorders*. doi:10.1007/s10803-019-03927-z
- Lord, C. & McGee, J. P. (2001). *Educating children with autism*. Washington D. C.: National Academy Press. Recuperado em 22.11.2003. Disponível em: <http://books.nap.edu/books/0309072697/html/index.html>
- McKeithan, G. K., & Sabornie, E. J. (2020). Social–Behavioral Interventions for Secondary-Level Students with High-Functioning Autism in Public School Settings: A Meta-Analysis. *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities*, 35(3), 165–175. <https://doi.org/10.1177/1088357619890312>
- Morano, S., Ruiz, S., Hwang, J., Wertalik, J. L., Moeller, J., Karal, M. A., & Mulloy, A. (2017). Meta-analysis of single-case treatment effects on self-injurious behavior for individuals with autism and intellectual disabilities. *Autism & Developmental Language Impairments*, 2, 239694151668839. doi:10.1177/2396941516688399
- New York State Department of Health. (2003). Report of the Guideline Recommendations – Clinical Practice Guideline –. <http://www.health.state.ny.us/nysdoh/eip/menu.htm>
- Peterson, K.M., Piazza, C.C., Ibañez, V.F. and Fisher, W.W. (2019), Randomized controlled trial of an applied behavior analytic intervention for food selectivity in children with autism spectrum disorder. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 52: 895-917.
- Rosenwasser, B., & Axelrod, S. (2001). The Contributions of Applied Behavior Analysis to the Education of People with Autism. *Behavior Modification*, 25(5), 671–677. doi:10.1177/0145445501255001
- Spreckley, M., & Boyd, R. (2009). Efficacy of applied behavioral intervention in preschool children with autism for improving cognitive, language, and adaptive behavior: a systematic review and meta-analysis. *The Journal of Pediatrics*, 154(3), 338–44. doi:10.1016/j.jpeds.2008.09.012
- (The) Surgeon General Guidelines (2203). Recuperado na World Wide Web a 07.11.2003. Disponível em <http://www.surgeongeneral.gov/library/mentalhealth/chapter3/sec6.html#autism>
- Sutton, B. M., Webster, A. A., & Westerveld, M. F. (2018). A systematic review of school-based interventions targeting social communication behaviors for students with autism. *Autism*, 136236131775356. doi:10.1177/1362361317753564
- Tiede, G., & Walton, K. M. (2019). Meta-analysis of naturalistic developmental behavioral interventions for young children with autism spectrum disorder. *Autism*, 136236131983637. doi:10.1177/136236131983637
- Wang, D., Mason, R. A., Lory, C., Kim, S. Y., David, M., & Guo, X. (2020). Vocal Stereotypy and Autism Spectrum Disorder: A Systematic Review of Interventions. *Research in Autism Spectrum Disorders*, 78, 101647. doi:10.1016/j.rasd.2020.1016
- Weston, R., Hodges, A., & Davis, T. N. (2017). Differential Reinforcement of Other Behaviors to Treat Challenging Behaviors Among Children With Autism: A Systematic and Quality Review. *Behavior Modification*, 42(4), 584–609. doi:10.1177/0145445517743487
- Wong, C., Odom, S. L., Hume, K. A., Cox, A. W., Fettig, A., Kucharczyk, S., Brock, M. E., Plavnick, J. B., Fleury, V. P., & Schultz, T. R. (2015). Evidence-Based Practices for Children, Youth, and Young Adults with Autism Spectrum Disorder: A Comprehensive Review. *Journal of autism and developmental disorders*, 45(7), 1951–1966. <https://doi.org/10.1007/s10803-014-2351-z>
- United States Department of Education (1997). Individuals with Disabilities Act (IDEA), Final regulations (sección. 303.1 *Early Intervention Programs for Infants and Toddlers with Disabilities*, Part C. Autism, 300.7.
- United States Public Health Service (1999). *Mental Health: A Report of the Surgeon General*.
- Virués-Ortega, J. (2010). Applied behavior analytic intervention for autism in early childhood: meta-analysis, meta-regression and dose-response meta-analysis of multiple outcomes. *Clinical Psychology Review*, 30(4), 387–99. doi:10.1016/j.cpr.2010.01.008